



André Dusek/AB

Líderes concordam em votar salário mínimo, greve, inquilinato, juros e eleições

Ulysses faz apelo a deputados

BRASÍLIA — O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, encerrou a sessão de ontem com veemente apelo aos deputados: que estejam presentes na próxima semana, para o início da discussão e votação do projeto de orçamento da União e do novo regimento interno, sem o qual as comissões, em 89, "só poderão ser instaladas de maneira formal, ornamental".

Enquanto Ulysses falava em plenário, as lideranças partidárias em reunião no gabinete do líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), finalmente chegavam a um acordo para colocar em votação os projetos referentes ao salário mínimo, greve, inquilinato, juros e regulamentação das eleições presidenciais. Terça-feira de manhã os líderes voltam a se reunir, porque o PFL condiciona seu apoio para a questão do salário mínimo entrar em pauta a um acordo com a comissão que examina o assunto.

Ontem, com 262 deputados, a Câmara aprovou, pelo voto simbólico das lideranças, o projeto de lei que permite aos novos municípios usufruir do Fundo de Participação. O projeto vai agora ao Senado. O relator

do projeto de lei que altera o Imposto de Renda, deputado Osvaldo Rebouças (PMDB-CE), por sua vez, pediu mais prazo para examinar a matéria, "que é muito complexa". O prazo para emendas irá até quarta-feira e, na quinta, ele deverá apresentar seu parecer. Alguns deputados, entre os quais José Serra (PSDB-SP), e Luiz Salomão (PDT-RJ), criticaram a redução das faixas de tributação para apenas duas.

Na reunião de ontem pela manhã, os partidos de esquerda começaram a admitir a discussão e possível encaminhamento ao plenário de um projeto de lei de greve, questão que o PT, PCB e PC do B não queriam sequer discutir no começo das negociações. Do PFL permanece a posição de também se votar, com a máxima urgência, o regimento interno da Câmara, que ensejaria — sob a nova ótica constitucional — a aprovação das demais matérias.

A próxima reunião dos líderes está condicionada pelo PFL a que antes haja um consenso na Comissão Interpartidária do Salário Mínimo, com um projeto que iria a plenário sem posições conflitantes, para votação

pacífica de acordo com os líderes. Um fato novo: depois de se ausentar da reunião dos líderes (juntamente com o PDS), o PFL que, pela manhã era intransigente e parecia impedir qualquer possibilidade de negociação, à tarde, diante do apelo dos demais líderes, concordou em voltar a negociar.

PROVISÓRIAS

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) apresentou ontem à mesa da Câmara um projeto de lei para evitar a reedição de medidas provisórias pelo Poder Executivo quando elas não forem apreciadas pelo Congresso Nacional no prazo de 30 dias, previsto pela Constituição. Recentemente, o presidente Sarney reeditou nove medidas provisórias, depois de esgotado o prazo para apreciação no Congresso.

O projeto de Lima determina: "A matéria constante de medida provisória que não for convertida em lei pelo Congresso Nacional no prazo de 30 dias, não poderá ser objeto de nova medida provisória na mesma sessão legislativa". Isto significa que, não apreciada a medida, o presidente só poderia rerepresentá-la no ano seguinte.